

**Universidade de São Paulo**

**14 de Maio de 2017**

**Avaliação final de “Persistência e Mudança Social”**

**Professor Alexandre Abdal – Instituto de Relações Internacionais USP**

**Victor Casagrande Souza - 9775255**



SASSEN, Saskia. “Sociologia da Globalização” capítulos 1 e 2

### **Resenha**

Sob o ímpeto de ampliar o entendimento da complexa interdependência global que tem se configurado nas últimas décadas, esta resenha se propõe explicar sobre os dispositivos analíticos e metodológicos discutidos por Saskia Sassen nos primeiros capítulos de “Sociologia da Globalização”, tentando ao fim aplica-los de maneira concreta ao fenômeno da financeirização da moradia, largamente discutido na obra de Raquel Rolnik<sup>1</sup>, intitulada “Guerra dos Lugares”.

Saskia Sassen é professora de sociologia na Universidade de Columbia e membro do Comitê em Pensamento Global desse de 2015. Holandesa nascida em 1949, cresceu na Argentina e na Itália, estudou na França e estruturou sua carreira profissional nos Estados Unidos. Criada em cinco idiomas, é autora de oito livros e editora de outros três. Juntos, foram traduzidos para mais de vinte línguas. Em 2013 recebeu prêmio austríaco em Ciências Sociais e foi eleita para a Academia Real de Ciências da Holanda, dentre outras premiações.

O desafio ao debate entorno da globalização é, como sublinha Sassen, que se configura como um fenômeno que não tão somente transcende os Estados Nacionais, mas sim simultaneamente os habita *territorialmente e institucionalmente*. Essa concepção escapa dos modelos teóricos e empíricos em diversas disciplinas e também na sociologia, pois relativiza a premissa de que um fenômeno é nacional por simplesmente ocorrer em um limite territorial

---

<sup>1</sup> Urbanista professora da Universidade de São Paulo. Foi relatora especial para o Direito à Moradia Adequada do Conselho de Direitos Humanos da ONU entre 2008 e 2014. Autora do livro “Guerra dos Lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças”, com forte influência de David Harvey.

ou institucional do Estado, de modo que a globalização, de certa forma, se expande para além dos termos de interdependência entre Estados Nacionais e pode ser pensada como um objeto de estudo que desafia a escala tradicional dada por subnacional > nacional > supranacional. Fora dela, um fenômeno regional pode ser a localização do global, articulando assim elementos nacionais com não nacionais.

Essa dinâmica globalizante ocorre em duas camadas sobrepostas. A primeira ocorre parcialmente na escala nacional e é onde se produzem instituições globais como a ONU e os mercados financeiros globais. Parcialmente porque ganham autonomia ao exercer, em termos weberianos, uma dominação burocrática que influi sobre os próprios Estados Nacionais<sup>2</sup>. A segunda surge em um nível subnacional, e por extensão, em uma lógica do nacional, e trata-se das grandes metrópoles, que se tornam globais, pois “envolvem redes e entidades transfronteiriças que conectam diversos processos e atores locais ou “nacionais” ou dinâmicas específicas em um número cada vez maior de países e localidades”. Assim, ainda segundo Sassen, “os processos e as formações globais podem estar, e estão, desestabilizando a hierarquia escalar centrada no Estado Nacional” o que resulta em multiescalas sobrepostas em diferentes arranjos.

Um centro financeiro em uma cidade global é uma entidade local, que também faz parte de um mercado eletrônico de escala global. Podemos pensar nisso como um caso em que o local é multiescalar. Por outro lado, a OMC é uma entidade global que se torna ativa quando inserida em economias e políticas nacionais e, assim, pode ser concebida como um caso em que o global é multiescalar (Sassen, 2007)

Nesse sentido, as cidades globais concentram territorialmente recursos múltiplos e se configuram como lugares estratégicos da economia global a medida que diversos circuitos globais de produção e circulação de pessoas aloca essas cidades no sistema internacional “cada uma com um alcance distinto e

---

<sup>2</sup> Ver Michael N. Barnett e Martha Finnemore “The Politics, Power and Pathologies of international Organizations” (1999)

constituída em termos e práticas e atores distintos”. Dentro da abordagem metodológica de Sassen, que permite trabalhar com “estruturações variadas e específicas do global dentro do que é historicamente construído como nacional”, no caso, sobretudo as cidades globais – materialização territorial e institucional dessas estruturas, podemos refletir sobre um aspecto específico dessa globalização em uma espécie de teste ao proposto por Sassen: a moradia enquanto um direito social e sua financeirização.

Assim como todas as necessidades fundamentais humanas, o espaço é inerente à existência. Se se existe, se ocupa um espaço, seja ele qual for. Em torno desse espaço que se ocupa, que se habita; em torno dessa terra colonizada, para usar a expressão de Rólnik, se organizam as atividades econômicas, políticas, o transporte, o saneamento, a educação e tantas outras. É nesse espaço que se materializa o tecido social, onde se produz comunidades e redes de socialização, de modo que, embora umbilicalmente atrelado a qualidade de vida das pessoas, ele próprio é bem de disputa na economia global, passível de conversão e especulação monetária ou imobiliária.

Do artigo XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU<sup>3</sup>, ao *International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*<sup>4</sup>, trata-se da globalização de normas em uma escala que se desvincula dos Estados nacionais e impõe deveres sobre o manejo de seus recursos e territórios.

Atualmente, as condições e o conteúdo de componentes específicos do trabalho dos Estados mudaram significativamente em comparação com o período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. Algumas dessas mudanças são captadas tipicamente na imagem do atual Estado neoliberal ou competitivo, em comparação com o Estado de bem-estar do pós-guerra.

---

<sup>3</sup> “Todos têm direito ao repouso e ao lazer, bem como a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação...” WOLFGANG, Ingo. **O Direito Fundamental à Moradia na Constituição: algumas anotações a respeito de seu contexto, conteúdo e possível eficácia**. Coletânea Arquivos de Direitos Humanos, Vol IV. 2002

<sup>4</sup> Idem. Resolução tomada em Assembleia Geral pela ONU em 1966, que estabelece no artigo 11 que “os Estados signatários do presente pacto reconhecem o direito [...] inclusive alimentação, vestimenta e moradia adequadas”

A promessa era de que os altos custos que os investimentos em moradia demandavam seriam melhor geridos pelo mercado, cabendo ao Estado garantir linhas de crédito às camadas sociais de baixa renda. Assim a oferta de moradia cresceria em um ritmo sustentável e seria convertida em ganhos de bem-estar pela sociedade, reduzindo a pobreza.

Mais especificamente, a UN-Habitat ou ainda as metas do Desenvolvimento do Milênio, em sintonia com outras organizações internacionais como o Banco Mundial, convergem essa normatividade com os interesses do regime financeiro global para produzir moradia. De acordo com Deininger, um dos especialistas mais requisitados do Banco Mundial em políticas fundiárias, para que o mercado de terras funcione bem é preciso que ele forneça duração (para que haja retornos aos investimentos), demarcação de propriedade (baixos custos jurídicos e incentivos) e instituições *enforcement* (Estado). Essa preocupação com a posse privada terra revela-se na Campanha Global pela Segurança da Posse em 1999, lançada pela UN-Habitat.

O banco mundial e bancos regionais de várias agências de cooperação – particularmente da Austrália, Alemanha, Noruega, Suécia e Estados Unidos – já estavam patrocinando programas de reforma, registro e titulação fundiária pelo mundo (...) Durand-Lasserve, Fernandes, Radoki e Payne identificaram exemplos de titulação de terras em 35 países e o vasto número de mais de 200 documentos relacionados a eles formulados no âmbito de governos nacionais ou de organismos multilaterais (...) Apenas no âmbito do Banco Mundial, entre 1995 e 2014 foram mais de 40 projetos relacionados a regularização fundiária, titulação e registro imobiliário<sup>5</sup>

Assim, a moradia passou a ser um ativo financeiro negociável sujeito às flutuações de mercado, para o bem ou para o mal - vide crise do *subprime* americano em 2008. Hoje no Reino Unido, 26% da população em situação de rua é fruto de despejo por falta de pagamento de aluguel. No leste inglês, o preço

---

<sup>5</sup> ROLNIK, Raquel (2015) p.200-2002

médio da moradia alcançou 7,5 vezes a renda média da região em 2010<sup>6</sup>. Até 2013 havia mais de 1,8 milhão de famílias no registro para moradia social e mais 650 mil em condições de superlotação, enquanto o custo dos aluguéis privados subiu 37% entre 2008 e 2013<sup>7</sup>. “A crise habitacional vivida hoje pelo Reino Unido é vítima de seu próprio êxito: os preços dos imóveis não podem cair porque isso significa erodir a base político-social e o bem-estar baseado em ativos”<sup>8</sup>. Ambos os exemplos são o que Sassen caracterizou como a **localização do global**. Essa financeirização da terra e da moradia é algo global multiescalar.

No Brasil, **empresas do ramo passaram a integrar grandes grupos empresariais**. A Cyrela se associou a IRSA argentina do bilionário George Soros para criar a Brazil Realty. Parte da Gafisa, em 1997, é comprada pela GP Investments de Jorge Lemann e seus sócios do Banco Garantia (vendido em 1998 ao Credit Suisse). O grupo passou a controlar mais de 50 companhias latino americanas do setor imobiliário e atualmente tem sede nos Estados Unidos, nas Bermudas, na Suíça e em São Paulo. Em todos esses casos e muitos outros, **a compra de parte de empresas por fundos de investimento revelou-se sistêmico e estrutural**. Em 2014, 9 empresas na Bovespa concentravam 100 bilhões de reais em terras, o que representa 620 mil quilômetros quadrados de *solo urbano* em várias cidades do país<sup>9</sup>. Enquanto mais de 100 bilhões de verba pública eram injetados na economia via programas como Minha Casa Minha Vida entre 2009 e 2014.

**Esses casos, são exemplos do local multiescalar na globalização**. Nota-se um **grande fluxo de capitais transfronteiriços e a requalificação do papel do Estado**. É justamente o que Sassen aponta como “a economia global, em grande medida, materializa-se em territórios nacionais”.

Embora **nenhuma dessas circunstâncias altere os limites geográficos do território do Estado Nacional, elas mudam o significado da autoridade exclusiva do Estado sobre esse território**. Como instituições, os Estados nacionais têm se

---

<sup>6</sup> DCLG, **Live Tables on Housing Market and Houses Prices** apud ROLNIK, Raquel (2015) p.56

<sup>7</sup> Kate Barker. *Delivering Stability* apud ROLNIK, Raquel (2015) p. 49

<sup>8</sup> ROLNIK, Raquel (2015) p.57. Grifo nosso.

<sup>9</sup> Ver a seção “Nas empresas- o poder de garantir” Rolnik, 2015

envolvido profundamente na implementação do sistema econômico global

Portanto, de fato, a abordagem metodológica de Sassen se mostrou útil e apropriada para pensar as dinâmicas globais ao introduzir a noção de multiescalas e de localização da globalização. As cidades globais, concentradoras das mais diversas redes de capitais de todos os tipos, passam a estruturar territorialmente e institucionalmente a globalização ao mesmo tempo que são estruturadas por ela.

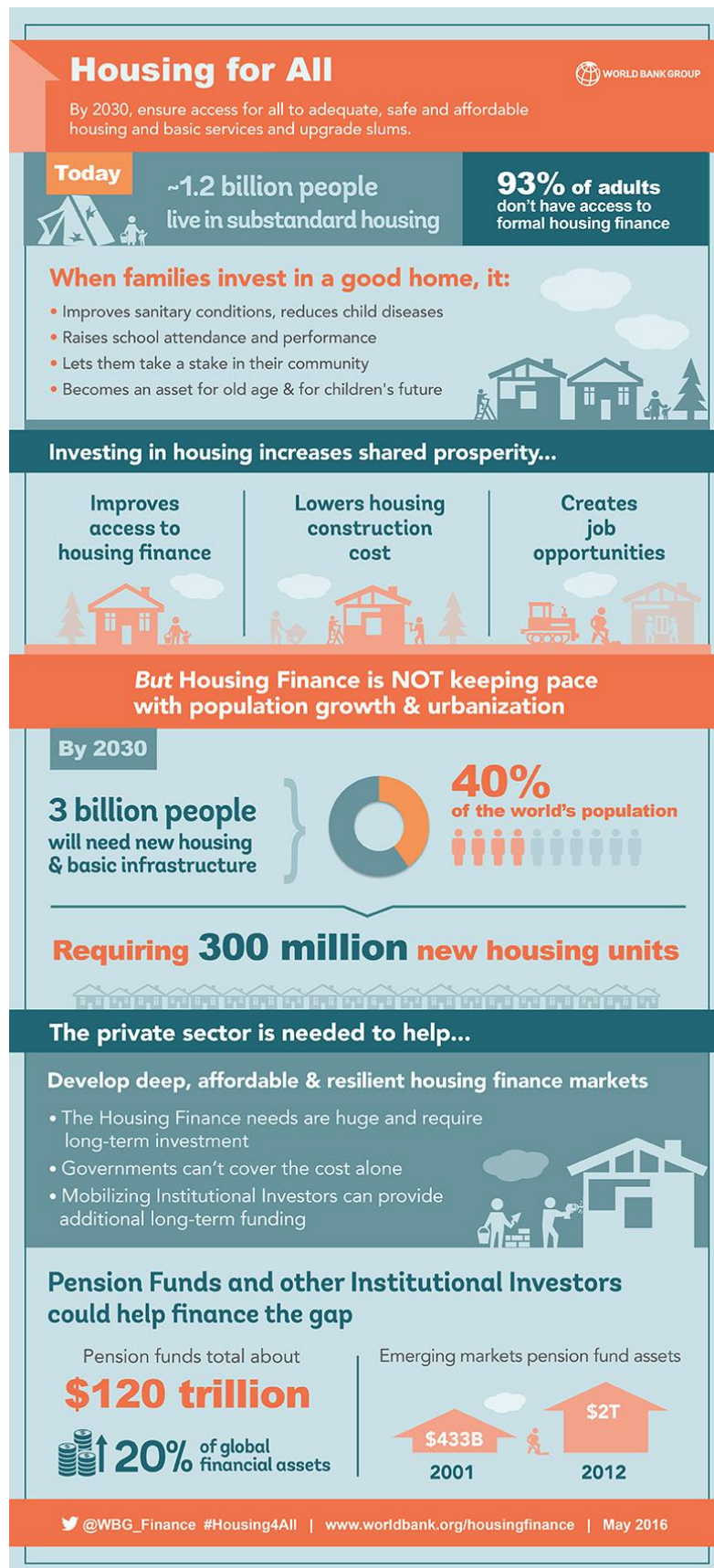
Os organismos internacionais, sobretudo aqueles ligados ao desenvolvimento e a economia, como o Banco Mundial, desempenham um papel central na promoção e circulação de políticas comuns no sistema internacional, incentivando a requalificação dos poderes institucionais e burocráticos dos Estados na promoção de condições *market friendly* e de um sistema de bem-estar social baseado em ativos, o que alavanca o papel das cidades globais.

De fato, o nacionalismo metodológico, confrontado por Sassen, não é capaz de fornecer um arcabouço acadêmico capaz de abranger a complexidade da globalização. Quando tomamos a discussão sobre uso do solo e acesso a moradia dentro desse contexto, torna-se claro a síntese de Sassen em “[em primeiro lugar] a desnacionalização institucional dentro do Estado nacional e da economia nacional e, em segundo lugar, a formação de arranjos institucionais intermediários privatizados [...] evoluem em um mundo institucional paralelo para lidar com questões transfronteiriças”



## APÊNDICES

### Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Banco Mundial





## BIBLIOGRAFIA

SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Ed. Artmed. 2007

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. Ed. Boitempo, São Paulo. 2015

.BARNETT, Michael N; FINNEMORE, Martha. **The Politics, Power and Pathologies of international Organizations**. (1999)

WOLFGANG, Ingo. **O Direito Fundamental à Moradia na Constituição: algumas anotações a respeito de seu contexto, conteúdo e possível eficácia**. Coletânea Arquivos de Direitos Humanos, Vol IV. 2002

**Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)**

**Pacto Internacional dos Direitos econômicos, sociais e culturais (1966)**

**United Nations Human Rights**. Office of the high Comissioner.  
<[http://tbinternet.ohchr.org/\\_layouts/TreatyBodyExternal/Treaty.aspx?CountryID=185](http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/TreatyBodyExternal/Treaty.aspx?CountryID=185)> Acesso em maio de 2017.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Banco Mundial (apêndice)  
<<http://www.worldbank.org/en/news/infographic/2016/05/13/housing-for-all-by-2030>>